

**MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO:  
RESISTÊNCIA DA MEMÓRIA E O TURISMO EM SÃO PAULO**

**Jussara Parada Amed (orientadora)  
Camilla Guidolin, Cláudio Lambert,  
Leandro Avella, Marcus Matta,  
Priscila Hatushikano<sup>1</sup>**

**Resumo:** Revela-se, no estudo da memória do Mercado Municipal Paulistano, um raro exemplo de “resistência”. Esse marco construtivo constituinte do patrimônio histórico-cultural urbano foi submetido aos processos de modernização da cidade de São Paulo desde a década de 30, mas manteve-se “vivo” e em plena atividade, configurando claramente objeto de interesse de estudo em turismo.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural, patrimônio arquitetônico, memória urbana, paisagem urbana, turismo, São Paulo.

**Abstract:** It will be revealed by the study of the memory of Mercado Municipal Paulistano a rare example of “resistence”. Constructive landmark, being an urban historical and cultural patrimony that submitted to modernization’s processes of São Paulo city since the 30’s decade continues “alive” in complete activity, representing, clearly, an object of interest in tourism study.

**Keywords:** cultural patrimony, architectonic patrimony, urban memory, urban landscape, tourism, São Paulo.

O Mercado Municipal Paulistano é uma magnífica construção histórica que sobrevive imponente na região central da capital. Obra monumental do arquiteto Ramos de Azevedo, foi inaugurado, em 1933, no Parque Dom Pedro II. Sua arquitetura preserva diversos vitrais executados pelo artista Conrado Sorgennicht Filho que retratam o meio rural paulista da década de 30.

O seu interior reúne comerciantes de variadas etnias que comercializam produtos das mais diversas regiões e países. É um tradicional ponto de *gourmets* de São Paulo. Seus estreitos corredores, sempre movimentados, se transformam em verdadeiras alamedas multiculturais, coloridas pelo exotismo e exalam aromas dos produtos ali comercializados que estimulam e aprazem os sentidos de seus freqüentadores.

---

<sup>1</sup> Bacharéis em Turismo formados pelo Unibero em 2003. Pesquisa desenvolvida como Projeto de Iniciação Científica.

A memória urbana da metrópole guarda construções históricas de grande valor estético-cultural que, na maioria das vezes com o passar dos anos, estão modificadas em sua estrutura ou não correspondem à sua função original e somente resistem graças à intervenção patrimonial. Não é o caso do Mercado Municipal Paulistano, pois este sobrevive aos processos de demolições que tomam conta das grandes cidades contemporâneas e se mantém incólume à constante urbanização e modernização da cidade. Ele constitui elemento ímpar na paisagem urbana na medida em que exibe tal longevidade e permanece inalterado na função para qual foi originalmente idealizado.

Funcionando como um dos principais entrepostos de distribuição e venda de produtos alimentícios, tanto para o atacado quanto para o varejo, ali são comercializadas diariamente 350 toneladas desses produtos, em 273 boxes instalados, que geram aproximadamente 1000 empregos diretos e outros tantos de forma indireta.

Inscrito no Condephaat desde 1973, o conjunto do Mercado Municipal Paulistano constitui parte fundamental do acervo arquitetônico da cidade. É um dos raros exemplos preservados da memória urbana, cuja singularidade pode revelar as alterações socioeconômicas e culturais às quais São Paulo tem sido submetida.

O Mercado Municipal Paulistano é a materialização, no tempo e no espaço, do desenvolvimento paulistano. Mais que um edifício de valor estético-histórico, é o registro inequívoco da memória histórica e das transformações sociais da cidade no último século.

Estudar os usos e a relevância desse patrimônio edificado para a cidade, sua importância como fator de desenvolvimento cultural e de incremento do turismo em São Paulo, são os principais objetivos desse trabalho.

“Os monumentos do passado são necessários à vida do presente; não são ornamentos aleatórios, nem arcaísmo, nem meros portadores de saber e prazer, mas parte do cotidiano.”(CHOAY, 2001:100) Busca-se com este estudo a melhor compreensão da realidade do turismo e do dia-a-dia da urbe.

Pesquisar a história do Mercado Municipal Paulistano, suas relações com a sociedade paulista e com a paisagem urbana em constante mutação; observar o cotidiano das atividades lá desenvolvidas e os personagens envolvidos nesses processos é o método pelo qual buscou compilar dados e formular reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural

urbano e suas ingerências para o aperfeiçoamento e desenvolvimento da prática do turismo nas grandes metrópoles.

O conjunto do Mercado começou a ser construído em 1925, e levaria oito anos para que suas obras fossem concluídas. Os investimentos foram de grande monta, pois se pretendia dotar a cidade de um novo elemento em sua paisagem. Um espaço que fosse capaz de suprir o crescente consumo de cereais e grãos e que, ao mesmo tempo, refletisse a grandiosidade daquela que despontava como capital industrial e financeira do país e delineava a forma de metrópole, desenvolvida e moderna.

A São Paulo de então passava por uma profunda reforma urbana e social que se iniciara no final do século XIX, e, definitivamente, a caracterizaria daí por diante. A riqueza proveniente do café, a estrada de ferro que ligava a cidade ao porto e de lá ao mundo, a energia elétrica que chegara, migrantes e imigrantes afluindo em grande número à cidade, transformavam sua paisagem e seu cotidiano.

Buscava-se, urgentemente, a reordenação dos espaços urbanos. Buscava-se uma solução que resultasse no rompimento da cidade com seu passado monárquico, pouco distante, e sua inserção no mundo civilizado. Vivia-se à República recém implantada. Os poderes instituídos ansiavam por destituir São Paulo de seu aspecto simplório, provinciano, da pecha de atraso que lhe era atribuída, reminiscências de sua era colonial.

O Mercado Municipal é testemunha e resultado desses novos ideais urbanos. Portanto, é necessário retroagir no tempo. Buscar por meio da história os elementos que facilitem a compreensão da importância desse objeto e de suas inter-relações com São Paulo, e seus processos de modernização.

Durante trezentos anos, desde a fundação, o abastecimento dos gêneros alimentícios na cidade era realizado ou diretamente pelo produtor, por meio dos negros com seus balaios que vendiam nas ruas e praças ou ainda, comprando-se das quitandeiras com seus tabuleiros na cabeça (LOUREIRO, 1981:107). Algumas ordens religiosas como, por exemplo, os beneditinos, tinham papel preponderante nesse processo.

Somente na segunda metade do século XVIII, por volta de 1770, se centralizaram o comércio desses gêneros em construções. A primeira delas eram chamadas de “casinhas”. Eram estruturas muito rudimentares, conseqüentemente, com condições de limpeza muitíssimo duvidosas.

No ano de 1853, cria-se em São Paulo uma praça de mercado no Pátio do Carmo. Instala-se aí o Mercado do Bem Público que funcionaria por poucos anos e logo seria demolido para dar espaço a uma nova construção. Inaugura-se oficialmente esse novo mercado em 1867, mesmo ano em que se completavam as obras da ferrovia ligando São Paulo a Santos. Ficava na Várzea do Carmo, região onde atualmente é o final da Ladeira General Carneiro; sua demolição ocorreu em 1907. Em junho de 1890, por exigência dos comerciantes paulistas, se inauguraria o Mercado de São João. Sua edificação seguia o modelo de alguns mercados existentes no Rio de Janeiro, possuía estrutura de ferro fundido. Demoliram-no em 1914 e o transferiram para debaixo do Viaduto Santa Ifigênia, sendo definitivamente fechado dez anos depois. Existiram outros mercados nessa mesma época em São Paulo. Em 1897, se construíra o Mercado da Concórdia, no largo de mesmo nome, no bairro do Brás, que funcionaria até 1914. Em 1909, instalou-se oficialmente o Mercado de Pinheiros. Vale notar que é desse período que nasce a contribuição da colônia japonesa para o abastecimento da cidade.

Conforme Loureiro (1981), as feiras livres, por sua vez, também representaram importante papel no abastecimento de grãos e vegetais para a cidade, aliás, como até hoje o fazem. Essas foram estabelecidas na tentativa do poder público de oferecer a população maior opção de pontos de compra desses produtos.

A primeira feira livre instalou-se, em caráter experimental, no Largo General Osório por volta de 1914. Atendia os bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos. A segunda acontecia no Largo do Arouche e possuía 116 barracas, era uma das mais completas e famosas de São Paulo, permaneceu até 1950. A terceira estava locada no Largo Moraes de Barros.

No ano de 1915, existiam sete feiras livres na cidade: duas no Largo Arouche, duas no Largo General Osório e as demais no Largo Moraes de Barros, no Largo São Paulo e na rua São Domingos, essa última voltada a atender o bairro do Bexiga.

Nota-se que os predecessores do Mercado Municipal foram destruídos. Diversos são os motivos que justificaram essas intervenções: insuficiência física daquelas construções frente às necessidades de abastecer a cidade, o desejo político de reconstrução urbana que atribuísse a cidade uma nova aparência capaz de justificar o *status* de capital moderna do país e, sobretudo, as questões sanitárias.

A reforma urbanística de São Paulo resultou, entre outros fatores, de uma intensa campanha sanitária. A higiene urbana representava uma das principais preocupações quanto à remodelação da metrópole que se desenhava. Serviu aos poderes públicos do final do século XIX e início do XX como ferramenta de exclusão social, assim como de justificativa para realização de um sem número de intervenções na paisagem e no contorno urbano. Quanto a esse aspecto, as questões sociais são um capítulo à parte, pois é nesse período que se iniciaram os processos de “limpeza” dos cortiços e reorganização espacial da periferia “infecta”, nos quais o operariado, os migrantes e imigrantes pobres que chegavam à cidade se estabeleciam. Por exemplo, em documento apresentado à Câmara Municipal de São Paulo, datado do ano de 1893, consta a inclusão de obras como:

demolição e reconstrução de prédios, alargamento e retificação de ruas, formação de praças e de largos amplos, demarcação de novas áreas para instalação de vilas operárias, padrões técnicos de construção, de maneira a dar lugar a uma organização espacial digna da população de São Paulo e da capital do Estado (BRESCIANI, 1995:36).

O paradigma “higienizador” desse período define, de certa forma, a busca de um novo padrão estético urbano que imputa à paisagem da cidade um novo elemento produtor de sua formatação, o padrão higiênico dos espaços, por meio do qual se destruía e construía incessantemente. O produto dessas intervenções resultará em característica marcante para São Paulo, passará a definir a cidade que se refaz, que reconstrói a si mesma num processo contínuo, autofágico; surge assim uma de suas identidades.

Tornara-se imperativa outra questão, o equacionamento por parte do poder público da qualidade e do controle sanitário dos produtos alimentares vendidos à população, assim como a fiscalização dos aspectos de salubridade dos pontos de venda desses produtos: mercados, feiras, matadouros, quiosques, ambulantes, fornecedores a domicílio de carne, leite, manteiga, queijo, pães.

Outro fato deve ser considerado quando da discussão da relevância do Mercado Municipal para a cidade de São Paulo. Não só à remodelação urbana, ao crescimento populacional, à necessidade de melhores condições sanitárias na vida da cidade relaciona-se ao Mercado, mas também às mudanças nos hábitos cotidianos dos seus habitantes, paulistas de diversas raças.

O estilo de vida na urbe paulista estava alterando-se, inspirado, enormemente, em idéias e concepções modernas que avançavam alicerçadas nos padrões de vida burguesa e na estética erudita emanadas da Europa para o novo mundo. O intenso fluxo de imigrantes havia redefinido os padrões culturais da época, também marcada pelo surgimento de novas classes econômicas em meio à trama urbana.

São Paulo metamorfoseava-se. O comportamento social na Nova República estava em plena efervescência. Novos hábitos, novos gostos expressavam-se nas maneiras de vestir-se, de morar, no mobiliário, nos objetos de ornamentação, chegavam pela serra trazidos do porto os primeiros equipamentos domésticos. A sociedade abandonava, definitivamente, as velhas formas de viver baseadas nos claustros familiares e ascendia a um estilo de vida mais descontraído inspirado no convívio público social condizente aos padrões europeus. Nesse momento, também se alterava o cardápio paulistano, graças às diferentes contribuições das diversas correntes migratórias. Introduziram-se hábitos de consumo até então pouco comuns ao dia-a-dia da população. Legumes e verduras, diferentes formas de carne, de massas e salsicharias passavam a compor o cardápio do paulista. Foram, por exemplo, os italianos que organizaram o comércio de camarões e peixes do mar trazidos de Santos, também eles iniciaram a comercialização de miúdos bovinos e suínos.

Nesse contexto, surge o projeto do Mercado Municipal Paulistano e ele estava à altura de satisfazer a essas novas necessidades. Sua arrojada concepção supria todos os requisitos exigidos pelos novos tempos, baseada em princípios científicos seus 22.300 metros quadrados foram planejados de forma a atender as demandas quanto aos padrões de luz, ventilação, higiene. Sua funcionalidade era tanta, que não deixava dúvidas de que ali estava o maior e mais moderno centro de abastecimento da América Latina.

Um mercado modelo. De seu programa original, constavam um complexo de frigoríficos para conservação de perecíveis. Definiram-se espaços específicos para exposição e venda de flores, tabaco, grãos, frutas, verduras, especiarias, legumes, animais ornamentais, bebidas, laticínios, pães, massas, linguiças, toucinhos, peixes, vísceras. Áreas foram determinadas e planejadas para carga e descarga de mercadorias em grande volume. Bares, cafés, mezaninos, praças, restaurantes constavam de seu interior, espaços arejados dedicados à convivência. Por outro lado, edificava-se em São Paulo uma gigantesca central

de abastecimento, um novo pólo de negócios, capaz de satisfazer a necessidade da cidade de ampliar seu volume de fornecimento de grãos aos municípios do estado.

Em termos construtivos, nessa época buscava-se facetar a cidade, conferindo-lhe feições modernas baseadas nos modelos internacionais. Construções de padrão neoclássico foram adotadas para os prédios públicos, o Mercado Municipal não exceuiu a regra.

Grande parte dos edifícios desse período teve seu projeto e suas obras executadas sob a responsabilidade do escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, dentre o conjunto de suas obras em São Paulo, vale citar: Secretaria da Fazenda, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Justiça, Teatro Municipal, Escola Politécnica, Escola Normal, Liceu de Artes e Ofício, Estação Sorocabana, Palácio da Justiça, Correio e Telégrafos, Hospital Militar e o Palácio das Indústrias.<sup>2</sup>

Consta da ficha de avaliação do patrimônio do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo referência ao conjunto arquitetônico do Mercado Municipal como sendo “edifício que constitui um exemplar tardio do ecletismo”. Essa é uma conceituação genérica. Os exemplares construtivos desse período, ao que parece, suscitam uma certa dificuldade quanto à definição estilística. Quanto a

essa indefinição ou confusão em relação à caracterização construtiva não é incomum no que se refere às construções que remontam ao período do último quarto do século XIX e primeiras décadas do século XX, pois devemos entender o Ecletismo como sendo toda a somatória de produções arquitetônicas aparecidas no final do primeiro quartel do século passado, que veio juntar-se ao Neoclássico histórico surgido por sua vez como reação ao Barroco. Naqueles dias, primeiramente vieram as obras Neogóticas em contraposição as Neoclássicas e dessa coexistência é que veio à tona o panorama arquitetônico a expressão filosófica Ecletismo, que designava primordialmente a tolerância de duas idéias ou dois comportamentos concomitantes. (LEMOS, 1985:68)

O local escolhido para a construção do Mercado Municipal foi a Várzea do Carmo, espaço de evidente vocação paisagística, devido aos elementos geográficos que a compunham: vale, rio e colina. Entretanto, essa era uma área pouco valorizada na cidade, pois a região estava sujeita às constantes inundações que ocorriam durante as cheias do leito do rio Tamandateí. Porém, na época do início de sua construção, a região da Várzea já havia passado por diversas intervenções: obras de saneamento dos terrenos alagadiços,

---

<sup>2</sup> Ver detalhes desses edifícios em “Evolução da Casa Paulista e a Arquitetura de Ramos de Azevedo” de Maria Amélia Loureiro (1981).

retificação do traçado do leito do rio – obras iniciadas no ano de 1848 –, e já se construía ali o Parque Dom Pedro II, obra urbanística de embelezamento da cidade, projetada por dois urbanistas franceses, *Bouvard* e *Cochet*.

Refletir a evolução dos espaços urbanos, sua paisagem é um dos objetivos deste artigo. Dessa forma, a descrição publicada em 1940 pelo guia da cidade de São Paulo fornece importante subsídio. Diz o guia:

todos os recantos desse parque, pelos seus diversos conjuntos demonstrativos de múltiplas espécies, são de uma beleza indescritível, (...) é esse parque entrecortado de largas avenidas e passeios sinuosos, ligados entre si por artísticas pontes. Como para embelezar mais, cortando esse imenso parque, vê-se o preguiçoso Tamandateí com suas margens gramadas (...). A avenida, ao lado direito do parque, toda ladeada de frondosos Ipês.

No mesmo texto: “é uma sala de visitas, bem arborizada, por onde fervilhavam cafés, restaurantes, quiosques e pavilhões de festas”.

O processo de consumo e modernização dos espaços urbanos, aquém de qualquer tipo de planejamento, transformou a região do Parque Dom Pedro II em um caos. As exigências impostas pelo processo industrial imputam à cidade um constante empobrecimento paisagístico, perdas na qualidade de vida e destruição de sua memória. Nada restou de positivo daquele que foi uma das primeiras áreas de socialização e lazer para os cidadãos. O saldo atual para a cidade e para o indivíduo que necessita transitar por esse espaço, pois a isso se resignou tal logradouro: corredor de passagem e de tráfego intenso, é a poluição visual e sonora, o inabitável. Aquele que era um recanto de hedonismo social e símbolo de bem viver urbano em São Paulo resta como ônus do descuido e do descaso, a despeito de projetos previstos e cuja implantação resta ser acompanhada.

A qualidade dos espaços urbanos é, sem dúvida, questão basal para reflexões sobre o turismo. É de conhecimento geral que em sua maioria o fluxo turístico acontece nas cidades. Elas são compostas por espaços multifuncionais, multifacetados e mutantes. Dali decorre grande parte dos processos de interação social, ali indivíduos conjugam o viver e o saber em sociedade, por outro lado, é um espaço de ideologias das mais diversas, conflitante por excelência. Buscar o resgate, o equilíbrio e a preservação da qualidade ambiental urbana é questão chave para qualquer metrópole moderna, sobretudo para São

Paulo, que intenta ampliar em seu interior o desenvolvimento das atividades de turismo que não se limitem ao seu universo comercial.

Sobressai a questão do patrimônio cultural urbano. Patrimônio era considerado pelos romanos como direito de herança, ou seja, elemento significativo na esfera privada. Passou a significar herança pública somente a partir do Renascimento e tornou-se objeto de políticas específicas de proteção no século XVIII. Atualmente, o patrimônio tem sido entendido como parte da memória de sociedade. Por seu intermédio, criam-se formas de representar o passado; recriar memórias que permitem visualizar identidades individuais e coletivas. Pode ainda ser entendido como um campo de disputas simbólicas que visam a apropriação do passado, valorizando-o ou tornando-o esquecido e excluído.

O patrimônio paulista valorizado até início dos anos 70 foi representado pela figura do bandeirante, da cafeicultura e os remanescentes do período de colonização, ícones nostálgicos da vida rural, contrapondo-se à acelerada expansão da cidade. Somente mais tarde, no final daquela década, ampliou-se o escopo do conceito que passou a abranger entre os bens tombados, representações naturais, elementos da arquitetura contemporânea, do ensino, do ambiente urbano, da moderna indústria, entre outros. Agigantou-se assim o universo cultural representado pelo patrimônio. Ainda segundo Rodrigues (2000), o patrimônio edificado possui muita força na construção da idéia de passado e de presente por estar expostamente concretizado ao alcance das pessoas.

O Mercado Municipal é um dos espécimes palpáveis dessa afirmação. Por meio de seu conjunto, é possível resgatar a memória do passado. A memória coletiva guarda como exemplo, o momento em que a construção antes mesmo de ser inaugurada já participava da vida e dos ideais paulistas da década de 30, servindo de quartelamento de tropas, depósito de armas e munições e hangar para aeronaves no conflito revolucionário de 32.

O Mercado Municipal Paulistano é um sobrevivente que, embora tenha sofrido durante seus sessenta e nove anos de existência de várias ameaças como: enchentes, desativação, demolição, abandono, descaracterização do entorno, descuido, vandalismo, desenvolveu relações profundas com a cidade, com a população, e com a evolução econômica de São Paulo. Relações que reúnem, de um lado, a necessidade de compra e venda e de outro a interação social. Constituiu ao longo das décadas sua sólida fisionomia de despojamento, é um remanescente que não se rendeu às frias formalidades dos espaços

assépticos e modernos dos hipermercados, notadamente, caracterizados pela impessoalidade de seus ambientes.

O que de fato o singulariza, quais são as características que o evidenciam em meio à paisagem urbana, em qual elemento reside seu poder atrativo, como a cidade pode se valer desse elemento para tornar-se mais atraente do ponto de vista do turismo?

Fatos como sua rica história permeada por memórias urbanas; a conjugação de seus elementos arquitetônicos que resultaram em beleza, harmonia, robustez, solidez; ser ele um bem tombado que preservou até os dias de hoje sua essência funcional bastaria para garantir-lhe o acesso à categoria de importantíssimo atrativo cultural, além disso, o Mercado Municipal é plural. É a pluralidade que o singulariza. Lá, ao observador atento, é possível desvelar a trama do tecido histórico-cultural paulista em um simples passeio. O seu dia-a-dia revela diversas identidades da cidade. Convivem ali, harmoniosamente, os sotaques português e norueguês do bacalhau ao lado da farinha de tapioca; os “pertences” de salga para a negra feijoadada ao lado do puro malte escocês, cravos da Índia e canelas da China perfumam o ar, desfilam por seus corredores um mosaico étnico que reúne descendentes de negros, índios, mulatos, orientais, homens e mulheres de tez alva e tudo mais que a mestiçagem foi capaz de produzir. Ora, pois não é essa profusão de etnias esse *mix* cultural a essência paulista? Assim, misturando cores, idiomas, sabores, ergueu-se essa metrópole, apropriando-se de culturas e as reconstituindo à sua maneira, de acordo com seus desejos e suas necessidades. Essa é a característica que evidencia o Mercado, ser um objeto espacial cravado na paisagem urbana capaz de revelar em seu microcosmo parte da vastidão cultural que compõe o universo da cidade. No mais, com um simples olhar torna-se possível perceber, de maneira muito clara, um dos motivos pelos quais São Paulo é adjetivada como capital gastronômica do país. Variedade e qualidade estão disponíveis para qualquer comprador ávido, ou não, por adquirir produtos diversos, sejam esses nacionais ou importados, comuns do cotidiano ou exóticos. É uma cornucópia dos dias atuais. São Paulo possui, entre tantos outros predicados, espaços com essa potencialidade natural, fica claro que é essencial à cidade desenvolver e intensificar o turismo cultural, que

é um tipo de turismo que não se compõe só de visitas a museus, lugares históricos, feiras de artesanatos ou espetáculos determinados. Põe em relevo, também, formas especiais de relação entre o visitante e o visitado, entre o turista e o meio ambiente, permitindo-lhe ter uma visão do seu presente e uma síntese de seu passado histórico”(SOUSA, 2000:143)

e agregar à sua condição de centro de negócios sua importância cultural de metrópole ímpar do mundo. Para tanto, é necessário inculcar nos profissionais do turismo a urgência, imprescindível, de ampliar seus horizontes culturais, desenvolver sua sensibilidade, seu discernimento, sua capacidade de percepção, elementos fundamentais para reconhecer, entender, valorizar e, sobretudo, tornar conhecidos e desejados os recursos culturais urbanos atribuindo a esses a importância necessária, “e por que não dizer, a centralidade do olhar para objetos e artefatos, móveis e imóveis enquanto patrimônio cultural e, potencialmente, atrativos turísticos” (CAMARGO, 2000:38).

Em brilhante artigo publicado pela revista do Sesc – Serviço Social do Comércio –, Marins (2001) lança no ar uma pergunta que deveria servir de alerta aos profissionais do turismo, pois é a eles diretamente dirigida. Essencialmente, questiona se as atividades do turismo em São Paulo restariam condicionadas ao universo do promissor e rentável “turismo de negócios” que tem limitado e definido, ao longo dos anos, não só os investimentos do setor, mas a própria formação dos profissionais da área que não seriam capazes de perscrutar outros horizontes. Não, é a resposta que se busca formular por meio deste artigo à provocativa, porém, tão necessária indagação. Artigo que não se esgota aqui, muito pelo contrário, é apenas um início, uma gota, um ponto de partida. Seu maior valor talvez esteja, justamente, em principiar a discussão sobre a gigantesca falha cultural perpetrada na formação dos profissionais dessa área; induzir a reflexão sobre qual a melhor maneira de não aprofundar ainda mais o fosso tecnicista a que se limita atualmente o ensino de turismo. Só assim se produzirão profissionais realmente valorosos que sejam capazes de refletir a cidade, seus predicados, suas potencialidades, tornando-se, então, plenos da habilidade de planejar de forma a somar valores, criar cenários que agreguem, de fato, experiências enriquecedoras ao universo do visitante, e, de outro lado, ampliem as perspectivas das populações visitadas estejam elas onde estiver, no campo ou na cidade, legando-lhes oportunidades de interagir, de crescer e aprender por meio dessa realidade sócio-econômico-cultural, o turismo.

### **Referências bibliográficas**

BRESCIANI, Maria Stella. **Sanitarismo e preocupações estéticas**: o Mercado Central de São Paulo. São Paulo: Depto Histórico – IFCH – Unicamp, 1995. p.36.

CAMARGO, Haroldo Leitão. In: I JORNADA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2001, São Paulo. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Unibero, 08-09 de junho de 2001. p.38.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp; Estação Liberdade, 2001. p.139.

LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1985. p.68-104.

LOUREIRO, Maria Amélia. **Evolução da Casa Paulista e arquitetura de Ramos de Azevedo**. São Paulo: Voz do Oeste, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1981. p.55.

MARINS, Paulo César Garcez. Uma questão de estilos. **Revista E**, São Paulo, ano 7, n.44, p.08-10, jan. 2001.

PARQUE Dom Pedro terá cara nova em 2004. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 out. 2002. Cotidiano, p.7.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Unesp/ Condephaat, 2000. p.104.

SOUSA, Arminda Mendonça Souza; CORREA, Marcos Vinicius. **Turismo: conceitos, definições e siglas**. 2.ed. Manaus: Valer, 2000. p.143.